

FORMAÇÃO CONTINUADA - A VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Suely Cristina Soares da Gama

suely.gama@hotmail.com

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)¹

Kleide Ferreira de Jesus

kleideferreira@hotmail.com

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)²

Resumo

O presente artigo desenvolve estudo sobre a formação continuada de professores em serviço a distância, modalidade de educação mediatizada que se utiliza os recursos tecnológicos, em uma abordagem contextualizada e reflexiva, tendo como enfoque um grupo de professores residentes no Assentamento Padroeira do Brasil em Nioque/MS que participaram do curso de aperfeiçoamento a distância: “Especialização em Educação do Campo”, ofertado em 2013/2014 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Neste sentido procurou-se conhecer o contexto de atuação dos professores, suas dificuldades e avanços, por meio de questionários estabelecidos com os professores cursistas.

Palavras-chave: Educação Do Campo; Formação; Tecnologia.

Introdução

A educação a distância tem sido apontada como um recurso importante para atender um número significativo de alunos e que estejam dispersos espacialmente, sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos. Quando se trata de formação continuada este aspecto ganha maior ênfase, uma vez que por meio deste recurso o professor cursista poderá ser atendido em seu próprio local de trabalho, dispensando o afastamento, ainda que temporário de suas atividades. Esta modalidade tem sido apontada como potencial para formação profissional básica e continuada, considerando ser um meio de educação de massa.

Quando aliada ou complementar à presencial, pode auxiliar na introdução de novos instrumentos tecnológicos para o acompanhamento dos alunos em sua ação prática, em serviço. Apresentamos às discussões iniciais, com as características da Educação do Campo visando os

¹ Especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestra em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

² Doutoranda em Educação, pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

conceitos e pontuadas as formas que estabelece a educação do campo pensando na forma humana dos sujeitos.

Os professores são responsáveis, pela gestão do processo ensino aprendizagem, transformando a sala de aula em um espaço de construção cotidiana, onde professores e alunos interagem mediados pelo conhecimento. É nesse espaço revelador de acertos ou de conflitos, que a construção de experiências educativas, relevantes para os alunos é uma prioridade. Assim muitos, com esse pensar buscam o objetivo de garantir a melhoria do processo educativo, por meio de formação continuada, dessa forma na escola em que atua e que desenvolva um ambiente educativo.

Quanto à formação dos professores o autor Arroyo, afirma:

(...) que enfraquece a escola do campo são os fracos vínculos que têm o corpo de profissionais do campo com as escolas do campo. Não é um corpo nem do campo, nem para o campo, nem construindo por profissionais do campo. É um corpo de que está de passagem no campo e quando pode se liberar sai das escolas do campo. Por aí não haverá nunca um sistema de educação do Campo! Isso significa dar prioridade a políticas de formação de educadores (ARROYO, 2006, p.114).

No entanto, deve-se exigir do poder público, a oferta de cursos de formação inicial e continuada para os professores das escolas do campo, para que atendam às peculiaridades dessa modalidade de ensino e viabilizar ações concretas de valorização do profissional.

Ouvir os professores significa entender, por meio do sentido da audição, suas percepções acerca do mundo-real-vivido, do retorno à experiênciação, a validade do processo de formação continuada, quanto à metodologia desenvolvida, a relação entre os colegas do grupo e a aplicabilidade das metodologias propostas em sala de aula.

Por entender o conhecimento como provisório, e não como algo estático e acabado, considerar-se-á este trabalho como uma pequena contribuição com as discussões sobre formação continuada para os professores mediada pelo uso da tecnologia. Diante do exposto, e baseando-se nessa experiência, verificou-se que a formação continuada coletiva de professores, é necessária e importante para o desenvolvimento profissional docente, podendo ser estimulada pelas Secretarias de Educação, Universidades (públicas e privadas) ou instituições de assessoria educacional.

Contudo, há que se ressaltar que o processo de mudança na educação não é uniforme e não é fácil, tendo em vista o contexto econômico e social dominante, é difícil mudar padrões adquiridos (gerenciais e atitudinais) das organizações, governos, dos profissionais e da sociedade. Há ainda o fato de que a maioria das pessoas, não tem acesso a esses recursos

tecnológicos, que podem democratizar o acesso à informação. “Por isso, é da maior relevância possibilitar a todos o acesso às tecnologias, à informação significativa e à mediação de professores efetivamente preparados para a sua utilização inovadora”. (MORAN, 1998). As atuais tecnologias de comunicação e informação podem se tornar um importante aliado no acompanhamento e execução de projetos vinculada ao desenvolvimento de propostas utilizando as tecnologias, propor a utilização destas ferramentas no sentido de instrumentalizar o professor, construir visão crítica sobre o assunto, desenvolver propostas diferenciadas.

A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Sendo assim a educação do/no campo passa a ser conhecida como educação do campo por meio das lutas e discussões que ocorrem no Brasil, na qual destacamos a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004 que lutou para uma educação específica voltada para os interesses camponeses.

As características que definem a educação do campo e de uma valorização humana em uma concepção de intencionalidade de padrões educativos vinculados com novas formas de produções como o artigo 4º das “Diretrizes operacionais” estabelece que: “a construção dos projetos político-pedagógicos das escolas do campo se constituirá num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho” (Brasil, 2002).

Os professores do campo lutam por uma escola do campo com políticas públicas educacionais visando um projeto político pedagógico que abrangem a realidade do campo.

O grande desafio da educação do campo é saber reconhecer os diferentes territórios onde inserem os sujeitos e a produção que estabelece cada local, os professores a maioria somente com a formação inicial e sem a preparação da prática acabam adotando uma prática que as escolas estabelecem. Outra tarefa difícil é conhecer os ritmos e processos que dialoga com os interesses das diversas formas de cada comunidade.

A socialização do conhecimento estabelece um elo de trocas entre o sujeito da aprendizagem e as práticas educativas. As grandes lutas vão ocorrendo em vários pontos do país, experiências de mobilização e organização de pequenos e grandes grupos em busca de alternativas que venham de encontro às necessidades e aos desafios colocados pelos momentos históricos por meio dos movimentos gerados. Para GOHN (1995, p. 44):

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Acreditamos que os movimentos sociais encontram-se contextualizados em meio às essas transformações ocorridas na sociedade, que veem no intuito da luta e da busca das reivindicações de melhoria, no ponto de vista da educação do campo quando o Movimento Social da Terra (MST) integra ao movimento de luta por melhoria para todos os integrantes da categoria.

Nesse contexto nasce a educação do campo para as comunidades camponesas, que inicia a luta por uma educação para os sujeitos que estão inseridos no campo, uma educação do campo com uma pedagogia voltada para a realidade dos camponeses e por uma política educacional com docentes formados. Sabe-se que a partir da década de 90 os avanços dos movimentos foram de muito significativo para a educação do campo.

Assim e a trajetória dos movimentos instalados pelo Brasil, com avanços e derrotas nas lutas das idealizações dos sujeitos.

Entendemos essa relação da escola em contexto com os movimentos principalmente com o MST desencadeia uma capacidade coletiva de análise das condições presentes em cada escola, concreta e se colocam os objetivos de formação dos sujeitos como centros das discussões de mudança, seguindo um panorama vinculado às vivências do local e as suas relações entre os grupos que se constituem uma de trocas de fazeres e saberes.

É o que acontece em uma escola que visitamos no Assentamento Nossa Senhora Padroeira, no Município Nioaque/MS que estabelece um elo entre os alunos e a comunidade. A escola desenvolve junto com a comunidade o projeto “Semana da Agricultura” que se realiza no mês de outubro em que os fazeres e saberes são desenvolvidos entre os grupos por meio das oficinas que acontecem nessa semana.

Educação nas escolas do /no campo

Na Educação do/no Campo alguns estudos vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores das diversas áreas da ciência e neste contexto trazemos como referência alguns

autores que nos subsidia à refletir sobre essa situação educacional a partir do panorama histórico da Educação do Campo na sociedade brasileira. De forma que, a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros.

Quanto aos sujeitos que compõem esta realidade social, nos deparamos com uma infância, adolescência e juventude, desorientada frente aos desafios e incertezas da contemporaneidade, e tem se agravado com o processo de alienação e pelo pensamento provocado pelas experiências vivenciadas pelos que residem em espaços urbanos. Nesse contexto, as famílias têm procurado resistir na terra, mas, a falta de condições dignas, necessárias à sobrevivência e de escolas tem dificultado a escolha entre permanecer ou não no campo.

Em um momento de sua obra Paulo Freire (1970), esclarece o sentido de se investigar a realidade social na qual a educação se insere com o argumento de que no plano teórico-metodológico:

Esta investigação implica, necessariamente, em uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que conscientizadora também proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos temas geradores e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos (FREIRE, 1970, p.87).

De fato, o sentido da participação coletiva na construção do projeto político pedagógico das escolas do/no campo é o seu enraizamento nos contextos sociais, culturais e econômicos da sociedade no/do campo que quer acolhê-la como proposta de ensino e aprendizagem que viabilize e valorize os conhecimentos prévios dos sujeitos da escola do campo.

Com base na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 33 da Lei nº 11.494/2007, a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto nº 7.352/10:

§1o Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2o Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1o.

§3o As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 4o A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Art.2o São princípios da educação do campo:

I respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

V controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Portanto não se pode pensar em transformação da escola sem pensar na questão da transformação das finalidades educativas e na revisão do projeto de formação do ser humano que fundamenta estas finalidades. As práticas educativas voltadas para a concepção de valor do ambiente que os seus alunos estão vivenciados conectados com a realidade das suas práticas de vivencias nesse sentido o projeto político pedagógico da escola dever ser elaborado e pensado pela comunidade que se faz presente.

No entanto, convém lembrar que mesmo as conquistas relativas à formalização jurídica do direito à educação à população do/no campo se originaram em lutas dos movimentos sociais.

Valorização na Formação de Professores

A prática pedagógica para ser abordada neste contexto, se destaca um elemento primordial do uso das tecnologias, no acompanhamento da formação continuada de muitos professores da educação do campo, que busca as universidades por meio dos cursos oferecidos na modalidade Educação a Distância.

De acordo com o MEC, o Programa Nacional de Educação do Campo do governo federal, lançada em março de 2012, objetivava em oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação de uma política nacional de Educação do Campo.

Segundo as informações divulgadas pelo Ministério, o Pronacampo atenderia escolas do campo e quilombolas, a partir de quatro eixos de ação: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação profissional e tecnológica e infraestrutura.

Entre as ações previstas no Pronacampo, um eixo que guarda certa afinidade com as concepções históricas da Educação do Campo é o da formação de educadores. O Programa acolhe a política para a área concebida pelos movimentos sociais, e transformada no Pronacampo. Questões que deveremos seguir discutindo: qual a importância do Pronacampo ter incorporado esta proposta político pedagógico de formação inicial dos professores do campo; quais os avanços e as contribuições que as Licenciaturas em Educação do Campo podem trazer à proposta de formação dos camponeses, na perspectiva de contribuir com a transformação do modelo de desenvolvimento hegemônico no campo e com as mudanças na sociedade brasileira.

O Pronacampo estabeleceu uma meta de formação de educadores do campo para os três primeiros anos de sua vigência: 45 mil, sendo 15 mil em 2012, 15 mil em 2013 e 15 mil em 2014. Este quantitativo foi distribuído entre três estratégias de formação de educadores do campo: os próprios cursos do Pronacampo, tal como apresentado anteriormente; os cursos desenvolvidos através da Plataforma Freire via PARFOR, e a terceira via em nosso entendimento a mais problemática, através da Educação à Distância, via Universidade Aberta do Brasil – UAB. Nesse contexto o Estado de Mato Grosso do Sul, ofertou no ano de 2012 a sua segunda turma de especialista em educação do campo com 350 vagas para professores da escola do campo.

O Curso de especialização deu-se pela Educação à Distância (EaD), sendo que estendia por onze encontros presenciais, sendo que ao final do curso os professores cursistas

participaram por meio de seminário estadual com seus Trabalhos Conclusão de Curso na forma de relatos de experiências ou de artigos.

Percursos Metodológicos

Buscou-se dialogar com os professores do/ no Campo, visando conhecer não apenas a predominância de pensamento, mas também sua diversidade, mediante as seguintes questões:

1) Qual é sua opinião sobre a formação continuada para os profissionais da Educação do Campo? Das muitas respostas foi selecionada a seguinte:

Excelente, pois existe muita compreensão da parte de quem lidera nossas pesquisas e trabalhos, reconhecendo que todos que estão fazendo essa pós são trabalhadores, pessoas que possuem uma lida árdua, seja no campo ou na cidade, isso nos motiva até arrumar tempo para nos dedicar às tarefas propostas, sem falar da oportunidade de troca de conhecimento em relação às realidades vivenciadas em nosso estado, fazendo com que entendamos ainda mais nosso papel como professor e corramos atrás de cada vez mais, pelos direitos do homem do campo (Professora A).

2) Nas realizações das atividades e os encontros presenciais como você mantém relação com a sua prática educativa? Igualmente foi selecionada a seguinte resposta:

Sem dúvidas é de suma importância fazer com que essas vivências se enquadrem com nosso dia a dia em sala de aula, pois todos ganham com esse processo desde alunos, professores até a comunidade da escola, porque melhorar, inovar, compartilhar algo novo e mais prático, sempre será algo motivador (Professora B).

3) Qual a importância dessa formação para a sua prática do dia a dia com seus alunos? Do mesmo modo selecionou-se a seguinte resposta:

Todas possíveis, pois quando entendemos a fundo a história do homem do campo, valorizamos ainda mais nossa prática e nossa contribuição pra que essa história seja cada vez mais respeitada e transformadora, com vem sendo até os dias atuais e tenho certeza que temos muito ainda pra conquistar, isso só depende de onde colocamos nossos alvos como educadores e que nível queremos que nossa contribuição seja lançada na história da Educação do Campo (Professora C).

Como se podem denotar as professoras tomadas em depoimento representativo dos cursistas de formação profissional são inteiramente favoráveis ao que se propugna com a educação do campo. Vê-se igualmente que estão imbuídas e comprometidas com a tarefa educativa ali desenvolvida, como possibilidade de transformação da realidade social.

Discussão dos dados

O reconhecimento de que os professores são produtores de um saber oriundo da experiência, gerado na prática cotidiana, em um movimento de “ir e vir”, de “construção e reconstrução”, em confronto com as condições da profissão, tanto se contrapõe à ideia reducionista que associa a profissão docente ao cumprimento de um conjunto de competências e técnicas, como também, contribui para que seja possível planejar e operacionalizar propostas de formação que levem em consideração o saber dos sujeitos nela envolvidos.

Conforme o depoimento dos sujeitos-colaboradores da pesquisa, percebemos que os encontros no curso de formação continuada, conforme encaminhados, possibilitavam reflexão, atualização e possibilidade de mudança de postura profissional. Pode ainda ser verificado nos relatos dos sujeitos-colaboradores que a formação continuada além de contribuir com o desenvolvimento de profissionais recém-formados, são necessário também para os profissionais em exercício, cada professor que se faz presente aos encontros continuados apresenta sua maneira de experienciar um dado conteúdo ou metodologia, relacionado à área de seu conhecimento, e a convivência na sua escola com os outros educadores e alunos.

Assim, ao possibilitar elementos para que o professor reflita sobre a tecnologia, sua prática pedagógica, seu aluno, seu contexto de trabalho e como esses estão inter-relacionados com a realidade social local e global e experienciando na formação processos educacionais mediados pela utilização da tecnologia ele terá meios para integrar a sua prática diferentes tecnologias, não somente no processo de ensino, como também administrar as relações embutidas no complexo do cenário educacional, procurar auxiliar o aluno na construção do conhecimento, promover as interações com o meio em que está inserido.

Considerações Finais

Hoje, mais do que nunca, precisamos de cidadãos capazes de selecionar criticamente o mundo de informações que lhes é repassado sem restrições de conhecer a tecnologia que os cerca que para com ela construir e não destruir e se adaptar para permanecer em uma sociedade em constante transformação. Essas necessidades passam a exigir uma educação mais voltada para a aprendizagem, e isso não é diferente no contexto da Educação do Campo, a escola é reconhecida como espaço de reflexão da realidade dos povos do campo, de seu trabalho, suas

linguagens, de suas formas de vida e, sobretudo, de um novo projeto político de desenvolvimento entendida como forma de ação político-social.

Ao falar em reflexão, recordamos que o professor é um ator no campo educacional, mas o termo ser reflexivo tornou-se popular e associa-se essa reflexão às situações da sala de aula. No entanto, essa questão é mais profunda e implica em um repensar contínuo sobre as ações realizadas.

Esse procedimento lhe possibilita adquirir a consciência de que sua prática pedagógica não está mais limitada simplesmente às quatro paredes da sala de aula e, que novas relações e obrigações surgem no desempenho da docência. Entre elas o desenvolvimento contínuo de sua formação, participação ativa em debates sobre a educação, atuando na escola e na sociedade, de modo a entender que um dos meios efetivos de transformação social é o trabalho coletivo.

Referencias

ARROYO, Miguel. **A escola do campo e a pesquisa do campo: metas.** In: MOLINA, Mônica (org). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília, MDA, 2006.
BRASIL. **Lei 9394 de 20 /12/1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Senado Federal, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. **Referências Nacionais para a Educação do Campo.** Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projeto Base.** Brasília: SECAD/MEC, 2008.48 p.: il.

BRASIL. **Decreto nº 7.352/2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 36.^a ed. 2003; 1.^a ed. 1970. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra.

GOHN, M. G. M. **História dos Movimentos e Lutas Sociais.** São Paulo: LOYOLA, 1995, v.1. p.213.1^a ed.

MORAN, José Manuel. In. **Salto para o Futuro: TV e Informática na Educação/** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.